

Nova República e Neoliberalismo no Brasil: o Instituto de Estudos Empresariais e o Fórum da Liberdade como produtos de uma convergência histórica

Cássio de Oliveira Pires

Mestrando em História – UFRGS

Orientadora: Prof^a Dr^a Cláudia Wasserman

O geógrafo David Harvey aponta a necessidade de que se entenda sob uma dupla perspectiva o processo histórico denominado neoliberalismo. Para ele, é preciso considerar que se trata, simultaneamente, de uma teoria utópica e de um projeto de restauração de poder econômico de elites.¹ Nesse texto, pretende-se indicar e analisar as causas históricas necessárias que se desenvolveram no decorrer do século XX e que, nos primeiros anos da Nova República brasileira, possibilitaram o surgimento de uma iniciativa de difusão sistemática do ideário neoliberal, entre elites econômicas, com a intenção de formar politicamente lideranças empresariais brasileiras. Trata-se do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), fundado em Porto Alegre, em 1984. Instituição voltada para “jovens empresários”, o IEE é responsável desde 1988 pela organização de um encontro anual chamado Fórum da Liberdade. Essa iniciativa foi responsável por trazer ao Rio Grande do Sul ícones do pensamento neoliberal latino-americano e mundial, revelando, por meio dos palestrantes convidados e das manifestações de seus membros, a posição política do instituto organizador.

Esse artigo divide-se em três partes. Na primeira, o neoliberalismo é analisado como um ideário restrito a círculos de intelectuais conservadores que viam na alternativa comunista, representada principalmente pela União Soviética, uma ameaça a valores tidos como próprios da civilização ocidental. Na realidade, esses valores correspondiam a um resgate de princípios do liberalismo clássico, cujo conceito de liberdade era central, e que tinham em comum uma aversão às atribuições do Estado que, em última instância, levavam a uma utopia de mercado.

¹ HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University, 2005, p.19.

A segunda parte do texto disserta acerca da formação histórica de uma ortodoxia política que se fundamentou em princípios teóricos neoliberais para subsidiar ações de governos orientados por uma nova concepção de Estado. Em particular, trata da forma como a crise do capitalismo iniciada nos anos 1970 possibilitou uma “virada neoliberal”. Ou seja, aquele foi o momento de transição do neoliberalismo, do plano teórico para o político aplicado, penetrando no *mainstream* econômico e legitimando, assim, ações de governos. Essa passagem começou na ditadura civil-militar chilena, na década de 1970, e consolidou-se no hemisfério norte, nos EUA e Inglaterra, antes de se disseminar pela América do sul.

Enfim, a terceira parte discute, de modo mais específico, o declínio da ditadura civil-militar e a transição para a Nova República como contexto político profícuo para a emergência de um padrão diferente de atuação política do empresariado brasileiro, não necessariamente “novo”. Esse padrão configurou-se a partir do surgimento de uma “elite orgânica”², influenciada pelo neoliberalismo, e organizada por meio de instituições empresariais fundadas nos anos 1980, como o IEE, que se expressou publicamente, em especial, por meio do Fórum da Liberdade.

Esses três pontos abarcam a trajetória do neoliberalismo de um ideário à uma ortodoxia política e, finalmente, como um repertório que ofereceu, na ótica de “elites orgânicas” em formação nos anos 1980, o aparato conceitual que consideravam necessários para contribuir em uma transformação do Estado brasileiro em oposição ao legado varguista.

1 O NEOLIBERALISMO COMO UMA TEORIA UTÓPICA

Dois estudiosos das dinâmicas do capitalismo contemporâneo, o mencionado geógrafo David Harvey e o historiador Perry Anderson, foram unânimes quanto a um aspecto central do surgimento do termo “neoliberalismo”: associaram-no ao resgate de

² DREIFUSS, René Armand. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 21 – 31.

princípios do liberalismo clássico, entre eles, determinado ideal de liberdade.³ Esse resgate e a conseqüente reformulação de aspectos do liberalismo ocorreram, em termos teóricos, décadas antes do esgotamento político de princípios econômicos baseados em proposições do economista John Maynard Keynes.

O neoliberalismo deve seus aspectos teóricos definidores à Sociedade Mont Pelerin, grupo fundado em 1947 e composto por trinta e seis pensadores, entre filósofos, historiadores e uma maioria de economistas. O objetivo fundamental de Mont Pelerin era reunir esses intelectuais para discutir o liberalismo ou, mais precisamente, “*the state and the possible fate of liberalism (in its classical sense) in thinking and practice*”.⁴

Ao menos quatro desses trinta e seis indivíduos tornaram-se, no decorrer do século XX, grandes ícones do pensamento neoliberal. Eram eles, Ludwig Von Mises (1881 – 1973) e Milton Friedman (1912 – 2006), economistas, e o filósofo Karl Popper (1902 – 1994) que, como os demais, respondia ao chamado do também economista Friedrich August Hayek (1899 – 1922), para um encontro na cidade suíça que deu nome à sociedade. À exceção do estadunidense Friedman, esses homens eram liberais austríacos que deixaram o país de origem, motivados, em maior ou menor medida, pela ascensão do nazismo que redundou, em 1938, no *Anschluss*, ou seja, na anexação da Áustria pela Alemanha.

Evidentemente, o neoliberalismo não foi um resultado direto do esforço planejado e conscientemente previsto desses indivíduos. Foi, por outro lado, um ideário gestado a partir de concepções defendidas por incontáveis intelectuais de inúmeras áreas que, não raro, eram até mesmo contraditórias. Portanto, embora fosse possível acrescentar outros intelectuais como referências da gênese teórica do neoliberalismo, esses quatro nomes não são destacados arbitrariamente. Além de serem notórios integrantes do grupo de Mont Pelerin, eles influenciaram diretamente palestrantes nacionais e estrangeiros do Fórum da Liberdade que frequentemente citavam esses intelectuais para legitimar seus argumentos. Um dos exemplos, nesse sentido, foi Donald Stewart Jr., fundador do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, que esteve presente

³ HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 5; ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 9 – 23.

⁴ “a situação e o possível destino do liberalismo (no seu sentido clássico) como pensamento e prática”. ABOUT MPS. Disponível em: <<http://www.montpelerin.org/mpsAbout.cfm>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

em três edições, das seis primeiras do Fórum, evocando a Mises na palestra de 1989, para tratar das atribuições do Estado e do problema do mercado de trabalho informal e, em 1991, para referendar a suposta inevitabilidade do fracasso do socialismo.⁵

Mises, o mais antigo dos quatro intelectuais destacados, foi um integrante da chamada Escola Austríaca de Economia. Essa corrente de pensamento, representada por homens como Carl Menger, Leon Walras, William Jevons e, por fim, legada ao próprio Hayek, teve grande influência sobre economistas do século XX alinhados com o ideário neoliberal. Essa influência deu-se, inclusive, sobre economistas contemporâneos de renome como Israel Kirzner, James Buchanan e Douglas North, que foram palestrantes, respectivamente, na primeira (1988), na sexta (1993) e na décima-nona edição (2006) do Fórum da Liberdade.⁶

Há dez princípios centrais característicos do pensamento da Escola Austríaca, de acordo com o economista liberal Peter Boettke, ligado ao James M. Buchanan Center for Political Economy, da George Mason University, nos EUA.⁷ Fugiria à proposta deste capítulo discutir todos os princípios elencados por ele, devido à extensão e complexidade das formulações. Contudo, cabe destacar dois desses, que são diretamente relacionáveis a axiomas do neoliberalismo. Primeiro, a propriedade privada de produção como necessária à racionalidade econômica, uma vez que, segundo essa linha de interpretação, trata-se de poderoso incentivo à alocação eficiente de recursos escassos. E, segundo, e mais importante, que as “*social institutions*” (leis, ciência, dinheiro etc) são, via de regra, resultados da ação humana, mas não do planejamento humano. Isto é, na busca por melhorar a condição individual, os indivíduos formam o mercado e, nesse processo, criam-se imprevistos positivos.⁸

As implicações desse argumento, para Boettke, são muito importantes porque possibilitam uma dúvida severa a respeito da habilidade dos governos em intervir nos sistemas econômicos. Essa ideia é indispensável para o ideário neoliberal e permeia a obra de Mises e dos intelectuais de Mont Pelerin em geral. Inclusive, essa é a base de “Ação Humana: um tratado de economia” (1949). Além dessa obra, Mises também

⁵ II FÓRUM DA LIBERDADE. Fitas 4 e 5; IV FÓRUM DA LIBERDADE. Fita 01: Abertura e Painel 1.

⁶ BOETKKE, Peter J. *Austrian School of economics*. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/AustrianSchoolofEconomics.html>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

⁷ *Id.*

⁸ *Id.*

escreveu “A Teoria do Dinheiro e do Crédito” (1912) e “Socialismo: uma análise econômica e sociológica” (1922), entre outras. Ele foi um pioneiro na defesa do argumento de que o socialismo está fadado ao fracasso porque é impossível a obtenção de eficiência, em economias complexas, por meio do planejamento centralizado. Evidentemente, Mises assumia como referência histórica para legitimar essa tese, a Rússia revolucionária. Ele apresentou essa ideia, inicialmente, em um artigo de 1920.⁹

O norte-americano Milton Friedman ficou conhecido como portavoz da denominada Escola de Chicago. Apresentou um desafio à concepção keynesiana ao defender a impossibilidade da manutenção de baixos níveis de desemprego por meio da criação de demanda e aceitação de alta inflação por ação governamental. Conforme ele, esse caminho levaria a uma aceleração permanente do índice de inflação, o que também foi defendido por Hayek e outros. Entre os livros publicados por Friedman, estão “Capitalismo e Liberdade” (1966) e “Liberdade de escolha” (1980).¹⁰ As duas obras contêm argumentos em prol do livre-mercado e do dito “Estado mínimo”.

Karl Popper, também austríaco, não era um economista de formação como os outros três intelectuais mencionados. Era um filósofo que se tornou reconhecido por seu trabalho na área da filosofia da ciência e da crítica política e social. Tornou-se, ainda, uma referência central do anticomunismo por causa de sua obra, em especial, “A sociedade aberta e seus inimigos” (1945).¹¹

Friedrich Hayek, que também pode ser considerado integrante da Escola Austríaca, produziu obras com posições bastante convergentes às de seu antigo professor, Mises. Entre suas obras de destaque, no campo político-econômico, figuram “O Caminho da Servidão” (1944) e “A Presunção Fatal” (1988), ambas voltadas à crítica ao socialismo. A primeira, que escreveu na Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial, defende que as consequências do planejamento e da intervenção estatal na economia, ainda que não desejadas, direcionam ao totalitarismo. Esse livro traz em si aspectos significativos do pensamento neoliberal durante a fase de maturação teórica. Se

⁹ LUDWIG Von Mises. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/bios/Mises.html>> . Acesso em: 22 abr. 2011.

¹⁰ MILTON Friedman. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/bios/Friedman.html>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

¹¹ THORNTON, Stephen. *Karl Popper (Stanford Encyclopedia of Philosophy)*. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/popper>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

relacionado às finalidades da Sociedade Mont Pelerin, evidência de modo singular a instrumentalização do conceito de liberdade com o objetivo de legitimar um projeto. Logo, cabe analisá-las.

A Sociedade Mont Pelerin, que ainda existe, tem uma página de Internet na qual defende a ideia de que os seus fundadores não pretendiam criar uma ortodoxia. Essa declaração consta na própria ata de fundação do grupo. Há também referências no mesmo documento à existência de opiniões divergentes dentro da Sociedade. Além disso, o que é mais importante: é nítido o apelo do grupo a um determinado ideal de liberdade com a intenção de legitimar suas ideias. Liberdade que, aliás, estava de acordo com as proposições que Hayek lançava, poucos anos antes, com “O Caminho da Servidão”. Abaixo estão transcritos três parágrafos especialmente relevantes do documento:

*The central values of civilization are in danger. Over large stretches of the earth's surface the essential conditions of human dignity and **freedom** have already disappeared. In others they are under constant menace from the development of current tendencies of policy. The position of the individual and the voluntary group are progressively undermined by extensions of arbitrary power. Even that most precious possession of Western Man, **freedom of thought and expression**, is threatened by the spread of creeds which, claiming the privilege of tolerance when in the position of a minority, seek only to establish a position of power in which they can suppress and obliterate all views but their own.*

*The group holds that these developments have been fostered by the growth of a view of history which denies all absolute moral standards and by the growth of theories which question the desirability of the rule of law. It holds further that they have been fostered by a decline of belief in private property and the competitive market; for without the diffused power and initiative associated with these institutions it is difficult to imagine a society in which **freedom** may be effectively preserved.*

[...]

*The group does not aspire to conduct propaganda. It seeks to establish no meticulous and hampering orthodoxy. It aligns itself with no particular party. Its object is solely, by facilitating the exchange of views among minds inspired by certain ideals and broad conceptions held in common, to contribute to the preservation and improvement of the **free** society.*

*Mont Pelerin (Vaud), Switzerland, April 8, 1947.*¹²

¹² Os valores centrais da civilização estão em perigo. Em vastos territórios da superfície terrestre, as condições essenciais de dignidade humana e da liberdade já desapareceram. Em outros, estão sob constante ameaça pelo desenvolvimento de tendências políticas atuais. A posição do indivíduo e do grupo voluntário está constantemente minada por extensões de poder arbitrário. Até mesmo a mais preciosa posse do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e de expressão, é ameaçada pela disseminação de credos que, clamando o privilégio da tolerância quando em posição de minoridade, procuram apenas estabelecer uma posição de poder por onde possam suprimir e obliterar todas as

A união dos membros da Sociedade, baseada no temor ao que consideravam sérias ameaças, especialmente contra a liberdade, conforme a ata de fundação, ainda se faz presente nas declarações do grupo. No sítio oficial, consta que os membros de Mont Pelerin, mais de sessenta anos depois: “*see danger in the expansion of government, not least in state welfare, in the power of trade unions and business monopoly, and in the continuing threat and reality of inflation*”.¹³ Os “perigos” na ótica deles, não são exatamente os mesmos dos anos 1940, especialmente por causa do fim da União Soviética, mas a “expansão do governo” mantém-se como ameaça prioritária.

Observa-se no documento fundador da Sociedade Mont Pelerin, além da constante referência à liberdade, um caráter de movimento – ou, mais precisamente, de contra movimento – baseado em uma série de proposições posteriormente designadas como neoliberais. A defesa da liberdade é proposta no texto em oposição a ideias que, de acordo com o manifesto, disseminavam-se ameaçadoramente pelo mundo ocidental. Ou seja, o manifesto refere-se a possíveis consequências dos princípios que norteiam as tarefas regulatórias do Estado de orientação keynesiana e àquelas predominantes em locais onde “as condições essenciais de dignidade humana e liberdade desapareceram”: o leste comunista. E esse aspecto de contra movimento é possivelmente o mais importante para se compreender o que é o neoliberalismo e isso não se evidencia exclusivamente nesse documento.

A obra de Hayek, “O Caminho da Servidão”, foi publicada três anos antes do manifesto de Mont Pelerin, isto é, pouco tempo depois da capitulação alemã e um ano

visões exceto a deles.

O grupo que mantém essas conquistas foi atingido pelo crescimento de uma visão de história que nega todos os padrões morais absolutos e pelo crescimento de teorias que questionam a primazia da lei. Além disso, foram atingidos pelo declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; sem o poder e a iniciativa difundidos associados a essas instituições é difícil de imaginar uma sociedade onde a liberdade pode ser efetivamente preservada.

[...]

O grupo não aspira à condução de propaganda. Ele não procura estabelecer uma ortodoxia meticulosa e embaraçosa. Ele não se alinha com nenhum partido em particular. Seu objetivo é apenas, por meio da facilitação da troca de visões entre mentes inspiradas por certos ideais e concepções amplas em comum, contribuir para a preservação e melhoria da sociedade livre. STATE of Aims. Disponível em: <<http://www.montpelerin.org/mpsGoals.cfm>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

¹³ “eles veem perigo na expansão do governo, não apenas no estado de bem estar, no poder dos sindicatos e em monopólios de negócios, e na constante ameaça e realidade da inflação”. THE MONT Pelerin Society. Disponível em: <<http://www.montpelerin.org/>>. Acesso em: 05 fev. 2010.

antes da vitória eleitoral do *Labour Party* (Partido Trabalhista) britânico.¹⁴ Foi uma obra dedicada por Hayek aos “socialistas, de todos os partidos”, provocativamente. Em tom de alerta, antecipava os perigos enunciados pelo manifesto de Mont Pelerin. E, como dito, ousava ainda afirmar que, mesmo bem intencionados, os defensores da intervenção estatal na economia encaminhavam a sociedade, perigosamente, em direção ao totalitarismo.

Em 1975, o livro recebeu um novo prólogo. Esse acréscimo foi incluído em uma edição estadunidense, na qual Hayek expôs concisamente algumas intenções envolvidas na escrita do texto:

Já antes da guerra [Segunda Guerra Mundial] expus, num breve ensaio, o que se tornou o tema central deste livro. Mas após a eclosão da guerra, senti que essa concepção distorcida, e tão generalizada, sobre os sistemas políticos de nossos inimigos, e logo depois também de nosso novo aliado, a Rússia, constituía perigo sério, que deveria ser enfrentado com esforço mais sistemático. E já era bem evidente que após a guerra a própria Inglaterra provavelmente experimentaria a mesma orientação política que, como eu estava convencido, contribuiria enormemente para destruir a liberdade em outros países. Assim, este livro tomou gradualmente o aspecto de uma advertência à *intelligentsia* socialista inglesa.¹⁵

Ainda que escrito em uma diferente conjuntura, décadas após o lançamento do livro, o prefácio do autor à sua própria obra mais notória reiterou o que se pode também inferir da ata de fundação da Sociedade Mont Pelerin: as ideias futuramente designadas como neoliberais foram cunhadas com o intuito claro de combate às funções regulatórias e sociais do Estado, defendidas, é claro, também pelos socialistas. Evidentemente, a descrição de Hayek sobre quem eram seus alvos enquadrava também o *Labour Party*, comprometido à época com o pleno emprego e constituído como a “ameaça” eleitoral mais consistente de então. Entretanto, Hayek tentou esclarecer que não acusava os adversários de serem, de fato, totalitários:

Talvez eu deva também recordar ao leitor que nunca acusei os partidos socialistas de visarem deliberadamente um regime totalitário, e que sequer suspeitei que os líderes dos velhos movimentos socialistas jamais mostrassem tais inclinações. O que eu disse neste livro, e o que a experiência inglesa me vem tornando cada vez mais evidente, é que as

¹⁴ MORAIS, Reginaldo C. Correa de. *Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa*. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/libneolibcompa.html>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

¹⁵ HAYEK, Friedrich A. Prólogo da edição norte-americana de 1975. In: _____. *O caminho da servidão*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1977, p. XVIII.

conseqüências imprevistas mas inevitáveis do planejamento socialista criam um estado de coisas em que, persistindo a mesma orientação, as forças totalitárias acabarão dominando.¹⁶

Naquele momento, os intelectuais de Mont Pelerin, entre eles Hayek, denominavam-se apenas de “liberais” por causa do apelo à liberdade individual que ia aparentemente ao encontro dos preceitos fundamentais do liberalismo clássico. A palavra “neoliberal” foi atribuída posteriormente ao grupo de Mont Pelerin. Contudo, isso é quase irrelevante para a definição do conceito de neoliberalismo, pois no momento histórico de concretização das propostas chamadas de neoliberais, foram esses os principais pensadores (e não outros) invocados para legitimá-las, como demonstra o próprio Fórum da Liberdade de Porto Alegre.

No mesmo ano em que Hayek publicava “O Caminho da Servidão”, o também austríaco Karl Polanyi, opunha-se àquela concepção de liberdade. Ele argumentou, em “A Grande Transformação”, que a sociedade de mercado produziu liberdades que deveriam ser estendidas a todos, como o livre pensamento, a livre expressão, a liberdade na escolha do próprio emprego etc. Qualidades reconhecidas e inestimáveis para Hayek e para todo o grupo de Mont Pelerin.

Entretanto, conforme Polanyi, essa mesma civilização também produziu a liberdade de exploração do homem pelo homem, liberdade de obter grandes lucros sem prestar um serviço significativo para a comunidade, liberdade de manter inovações tecnológicas sem serem usadas em benefício público, entre outras. A mudança para um novo tempo de liberdade sem precedentes, justa e livre, era impedida, de acordo com Polanyi, por uma “utopia liberal” que atacava o controle ou planejamento econômico estatal como a **negação da liberdade**.¹⁷ De fato, foi essa marca distintiva que embasou o surgimento de uma nova concepção histórica de liberdade.

Portanto, a distinção entre o neoliberalismo e o liberalismo clássico, é o fato de que o neoliberalismo é um processo histórico singular gestado no capitalismo do século XX. O conceito de liberalismo, adjetivado ou não, é extremamente polissêmico, não cabendo explorá-lo aqui. Todavia, é importante observar que se trata de um conceito que, independente das ênfases semânticas adotadas, está historicamente ligado ao advento do capitalismo, aos direitos civis e políticos e às chamadas democracias

¹⁶ *Ibid.*, p. XXIX.

¹⁷ HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 36.

modernas. No âmbito econômico, o liberalismo buscou romper os entraves impostos pelo mercantilismo ao desenvolvimento das forças produtivas.

O neoliberalismo, por outro lado, foi um ideário formulado mais de um século após o surgimento de ideias econômicas ou políticas associadas ao liberalismo. Nas pertinentes palavras de Perry Anderson, foi “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”.¹⁸ Um tipo de Estado estava em construção na Europa e nos Estados Unidos no período de desenvolvimento das ideias neoliberais, quando o *mainstream* era constituído sob a primazia de Keynes, mantendo as ideias de Hayek e Mises em segundo plano. Isso mudou a partir da década de 1970, “quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação”.¹⁹

2 O NEOLIBERALISMO COMO ORTODOXIA POLÍTICA

O chamado keynesianismo foi incorporado por governos europeus e estadunidenses a partir da década de 1930 como uma resposta estatal à “falha” do liberalismo que resultou na Grande Depressão dos anos 1930 e que teve como uma de suas consequências a crise das democracias liberais do período entre as duas guerras mundiais. No entanto, as consequências dessa crise projetaram-se para muito além.

De acordo com Hobsbawm, “a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século”.²⁰ A imagem do historiador britânico pode ser exagerada, mas a crise dos anos 1930 abriu, de fato, os precedentes necessários para que o Estado

¹⁸ ANDERSON, Perry. *Op. cit.*, p. 9.

¹⁹ *Ibid.*, p. 10.

²⁰ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 99.

privilegiasse as políticas públicas em detrimento de determinadas liberdades econômicas em um contexto no qual pairavam ameaças de radicalização política à esquerda, principalmente através dos Partidos Comunistas; e à direita, por meio do fascismo e, principalmente, do nazismo.

Apesar de serem dois polos distantes das democracias liberais da Europa, em especial, França e Inglaterra, e dos EUA, não eram modelos equidistantes de uma suposta neutralidade democrática. A política de não intervenção na Guerra Civil Espanhola e a tentativa de apaziguamento diante da expansão de Hitler demonstraram que a segurança das classes dominantes era posta acima da necessidade de combate à direita fascista. Por isso, é importante entender o keynesianismo também como uma solução eficaz para neutralizar, ou ao menos atenuar, o conflito social interno das democracias liberais, que possibilitou a ascensão dos Partidos Comunistas e, também, do anticomunismo radical. Em última instância, era uma maneira de proporcionar condições materiais e serviços que ajudassem a afastar as classes trabalhadoras da radicalização política.

Os defensores desse modelo de desenvolvimento econômico propunham que “a demanda a ser gerada pela renda dos trabalhadores com pleno emprego teria o mais estimulante efeito nas economias em recessão”.²¹ Iniciou-se, depois de 1929, a partir do New Deal estadunidense, a construção do “Estado de Bem Estar Social” ou “*Welfare State*”, consolidado somente após a Segunda Guerra nos EUA e na Europa ocidental. Dessa maneira, as atribuições econômicas e sociais dos Estados foram estruturadas para impedir o retorno a uma crise semelhante aos anos 1930. Institucionalizava-se o que, décadas depois, foi amplamente taxado de “intervencionismo” estatal.

O tipo de Estado “intervencionista”, como dito, estava em construção na Europa e nos Estados Unidos no período de desenvolvimento das ideias neoliberais, praticamente restritas ao plano teórico até a década de 1970, quando se estabeleceu um processo de “estagflação” no mundo capitalista. Nesse sentido, o neoliberalismo pode ser interpretado também (mas não apenas) como uma resposta a necessidades do capitalismo do século XX que se tornou, momentaneamente, uma saída vitoriosa na esfera política.

²¹ *Ibid.*, p. 100.

A partir de fins dos anos 1960, começou a desaceleração do crescimento econômico no centro capitalista.²² No entanto, somente a partir do ano de 1973 que o sistema capitalista entrou em grave crise. A decisão da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo)²³ de elevar os preços do barril de petróleo, matéria-prima energética fundamental, agravou fortemente a crise econômica. Entretanto, essa não foi uma das causas da crise que afetava o capitalismo mundial, pois estas residiam em problemas mais profundos.

De acordo com o historiador Marc Nouschi, a crise da década de 1970 não se explica apenas por três imprevistos econômicos simultâneos, entre eles o aumento do petróleo:

la depresión contemporánea no se reduce a tres accidentes exógenos (crisis petrolíferas + crisis dólar + crisis comercial nacida de la irupción de nuevos competidores comerciales, los NPIA, nuevos países industrializados asiáticos). Al ser básicamente industrial, mina los cimientos de los “años gloriosos”. Al estar amortiguada por la inflación, no estalla hasta el “golpe de Estado petrolífero” decidido por la OPAEP. Al ser paradójica, desestabiliza a los teóricos y a los gobiernos.²⁴

É essa conjuntura que marca o fim dos “anos gloriosos” do capitalismo do pós-guerra, caracterizada pelo esgotamento de fatores que não poderiam repetir-se, pois eram próprios dos anos de recuperação da Segunda Guerra, os “anos gloriosos”: *“la reconstrucción tras una guerra mundial, la competición tecnológica entre los dos Grandes [EUA e União Soviética] y sus aliados, la fuerte demanda del consumo privado apoyada en el pleno empleo, el baby boom y las rentas de transferencia, la generalización del fordismo al conjunto del sistema productivo”*.²⁵

O caráter paradoxal da crise, a qual se referiu Nouschi, residia nas características sem precedentes dela. Segundo o historiador não houve quedas da produção na crise iniciada em 1970 que se estendeu para a década seguinte, mas houve a manutenção de

²² SANTOS, Theotônio dos. *Do Terror à Esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004, p. 162.

²³ “Fundada el 15 de septiembre de 1960 en Bagdad, por iniciativa de los cinco grandes exportadores de petróleo, Venezuela, Irán, Irak Arabia Saudí y Kuwait [...]. ‘El objetivo principal de la Organización es la coordinación y la unificación de las políticas petrolíferas de los países miembros y la determinación de los mejores medios de salvaguardar sus intereses [...]’”. NOUSCHI, Marc. *Historia del siglo XX: Todos los mundos, el mundo*. Madrid: Cátedra, 1996, p. 363.

²⁴ *Ibid.*, p. 367.

²⁵ *Id.*

um fraco crescimento de cerca de 2% no mundo ocidental durante o período; não houve uma contração do comércio mundial; não houve uma relação direta entre a economia financeira e a economia “real”; e, por fim, essa depressão não foi acompanhada por crises políticas de grande magnitude.²⁶ Apesar dessa última característica ser discutível por causa da dificuldade em precisar essa “grande magnitude”, todas essas características contrariavam as experiências anteriores à década de 1970. O único aspecto da depressão dos anos 1970 e 80 com precedentes foram as elevadas taxas de desemprego, que ameaçaram severamente as bases da ordem social.²⁷

A ascensão das taxas de desemprego ao longo das últimas décadas está relacionada a uma dinâmica própria do capitalismo do mesmo período. Os saltos tecnológicos obtidos aumentaram a produtividade à medida que dispensaram trabalhadores que não mais eram necessários. Os postos de trabalho foram substituídos por computadores, robôs e outras formas de tecnologia que reduziram a necessidade de mão de obra em relação à escala anterior. Essa dinâmica evidenciou que “o processo de adaptação de mão-de-obra às novas tecnologias, considerado em termos globais, é uma meta impossível de cumprir para o sistema capitalista”.²⁸

O combate à inflação na década de 1970 em diante, eleita como grande vilã econômica, foi impulsionada pela ação política dos Sete Grandes (EUA, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Japão) e permitiu “iniciar uma coordenação entre os principais centros financeiros e entre as políticas econômicas dos governos dos países capitalistas centrais”.²⁹ Criou-se a possibilidade do surgimento do Grupo dos 7, que teve como um de seus objetivos “derrotar o avanço das forças populares, definidas como a aliança entre os países socialistas e o movimento nacional democrático internacional. Esta ameaça se concretizava no Movimento dos Não-Alinhados”.³⁰ Em 1975, surgiu por iniciativa da França, um acordo entre os Sete para criação de uma estrutura que tomou para si a tarefa de determinar os destinos da economia capitalista mundial. Entretanto, o

²⁶ *Ibid.*, p. 368 – 370.

²⁷ *Ibid.*, p. 370.

²⁸ SANTOS, Theotônio dos. *Op. cit.*, p. 118.

²⁹ *Ibid.*, p. 164.

³⁰ *Ibid.*, p. 159.

G7 não se mostrou satisfatório para intermediar as disputas de interesses. Para o economista Theotônio dos Santos,

Ronald Reagan e Mme. Thatcher colocaram na ordem do dia um princípio ordenador: a liderança dos Estados Unidos mesmo que isto significasse uma divisão de trabalho nova na economia mundial. Esta nova liderança exigiu um maior grau de desregulamentação em alguns setores da economia para permitir que a disputa econômica se resolvesse no mercado. Não no sentido do livre mercado e sim no sentido de facilitar a quebra das empresas menos eficientes e consolidar as empresas mais poderosas em suas posições monopólicas.³¹

Evidentemente, esses monopólios também atuaram na política representando os interesses das elites econômicas mundiais interessadas na manutenção dos lucros.

Cabe ainda destacar, como contraponto às interpretações de Marc Nouschi e Theotônio dos Santos, a visão da crise capitalista dos anos 1970 elaborada pelo filósofo István Mészáros. Ele afirma que o problema daquela década não apenas mantém-se e é insuperável, mas também que não se trata de mais uma crise cíclica do capitalismo. Trata-se de uma crise estrutural, na qual a humanidade está sentindo apenas os efeitos iniciais da aproximação dos limites absolutos de reprodução do capital. A crise iniciada em fins dos anos 1960 estende-se até os dias de hoje e é impulsionada pelo acirramento das contradições entre as necessidades reprodutivas do capital e as necessidades produtivas sociais, iniciando uma etapa de prevalência dos efeitos destrutivos do primeiro. Se houve no passado uma relação “simbiótica” entre Estado e o avanço histórico do capital, após a Segunda Guerra houve a predominância, por razões políticas, de princípios econômicos que limitaram a expansão desenfreada do lucro.

Lógica semelhante é válida para as relações do capital com as aspirações humanas de emancipação, características históricas da ascensão da ordem burguesa(-iluminista), que se tornaram sistematicamente desacreditadas. E, também, para o domínio sobre a natureza, transformado em devastação da mesma. E, ainda, para o crescimento da força de trabalho, outrora impulsionada pelo capital em direção à obtenção de melhorias na qualidade de vida, e que tem sofrido constante e violento processo de precarização.³²

³¹ *Ibid.*, p. 109.

³² MÉSZÁROS, István. A ativação dos limites absolutos do capital. In: _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1ª ed. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002, Cap. 5, p. 216 – 344.

Contudo, o que é indiscutível a respeito desse momento da história do capitalismo é o surgimento de empecilhos específicos para a contínua reprodução do capital na segunda metade do século XX. E na disputa pela solução desse problema, já em fins da década de 1960, confrontaram-se duas vertentes econômicas com argumentos opostos. De um lado, os keynesianos argumentavam que era necessária a criação de demanda na sociedade por parte do Estado, pois essa era a causa da expansão econômica do passado e, portanto, seria a melhor forma de lidar com a crise dentro dos marcos do capitalismo. De outro, “os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro [do capitalismo] impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico [...] aumentassem”.³³ Hayek e Friedman eram dois exemplos de economistas que referendavam essa afirmação.

A “virada neoliberal” é o início do rearranjo na disputa entre essas duas propostas, favorecendo progressivamente a segunda. Em outras palavras, é o momento de passagem do neoliberalismo de um ideário composto por uma multiplicidade de propostas para “*a new economic orthodoxy regulating public policy at the state level in the advanced capitalist world*”.³⁴ Essa virada ocorreu em 1979, com a eleição da primeira-ministra Margaret “Iron Lady” Thatcher, na Inglaterra e, nos EUA, com alterações de políticas monetárias lideradas por Paul Volcker do *US Federal Reserve Bank* (espécie de banco central estadunidense). As ideias neoliberais saíam da teoria e concretizavam-se em práticas políticas assumindo formas específicas de diagnóstico dos problemas econômicos dos países. Formava-se uma nova forma de pensar o Estado e a sociedade, diagnosticando o presente e projetando um futuro pautado em liberdades historicamente peculiares.

Se o caso chileno foi considerado “exemplo” mundial, também foi paradigma para a América Latina, conforme demonstrou também o Fórum da Liberdade, especialmente, a partir da terceira edição desse encontro (1990), que buscou inspiração nos “exemplos” latino-americanos. Nesse ano, esteve presente até mesmo um ex-ministro de Pinochet, Hernan Büchi.

³³ HOBSBAWM, Eric. *Op. cit.*, p. 399.

³⁴ “uma nova ortodoxia econômica regulando políticas públicas estatais no mundo capitalista avançado”. HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 22.

No Chile houve a “primeira experiência neoliberal sistemática do mundo”,³⁵ pois antecedeu os processos inglês e estadunidense. A “neoliberalização” chilena, na precisa síntese de Harvey: “*was as simple as it was swift, brutal, and sure: a military coup backed by the traditional upper classes (as well as by the US government), followed by the fierce repression of all solidarities created within the labour and urban social movements*”.³⁶ Orientado pelas diretrizes dos “*chicago boys*”, economistas do círculo de Milton Friedman, rapidamente foi posto em prática um plano econômico que reverteu as medidas tomadas pelo governo socialista de Salvador Allende, o presidente democraticamente eleito que, ao proclamar a “via chilena para o socialismo”, sofreu como consequência um golpe perpetrado por parte das Forças Armadas aliadas às elites econômicas. Como se sabe, o episódio custou-lhe a vida, dentro do Palacio de La Moneda, em um dos momentos mais marcantes da história americana recente.

Apesar do Chile de Pinochet, o amplo avanço do neoliberalismo no continente americano somente aconteceu no final dos anos 1980, ou seja, por volta de uma década após o referido “*turn*” mundial. Quatro posses presidenciais são indicadas como marcos: de Salinas de Gortari, no México (1988); de Carlos Menem, na Argentina (1989); de Carlos Andrés Pérez, na Venezuela (1989); e de Alberto Fujimori, no Peru (1990).³⁷ É possível acrescentar, também, Fernando Collor de Mello, no Brasil (1990). A reestruturação econômica na América Latina, a partir desse período, foi acelerada e composta, em síntese, por dois tipos de iniciativas: “*macroeconomic stabilization (fiscal balance and deflation) and structural adjustment (trade liberalization, market deregulation, privatization of state enterprises, and downsizing/modernization of the state)*”.³⁸

³⁵ ANDERSON, Perry. *Op. cit.*, p. 19.

³⁶ “foi simples, assim como rápido, brutal, e certo: um golpe militar apoiado pelas tradicionais classes altas (bem como pelo governo dos EUA), seguida de uma feroz repressão contra todas as solidariedades criadas com os trabalhadores e com os movimentos sociais urbanos”. HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 39.

³⁷ ANDERSON, Perry. *Op. cit.*, p. 20.

³⁸ “no final da década [1980], virtualmente todos regimes na região tinham adotado um programa político neoliberal de estabilização macroeconômica (balance fiscal e deflação) e ajuste estrutural (liberalização do comércio, desregulação do mercado, privatização de empresas estatais e diminuição/modernização do Estado)”. PETRAS, James *et al.* *Neoliberalism and class conflict in latin america: a comparative perspective on the political economy of structural adjustment*. Londres: Macmillan Press, 1997, p. 16.

A partir de 1989, os “programas de estabilização macroeconômica” e de “ajuste estrutural” na América Latina puderam apoiar-se no Consenso de Washington: um conjunto de dez regras que sintetizaram os resultados de um encontro de 1989 entre economistas, funcionários do FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e do governo estadunidense, reunidos pelo *Institute for International Economics*. As conclusões do consenso produziram os dez pontos sintetizados abaixo:

1. *Fiscal discipline*
2. *A redirection of public expenditure priorities toward fields offering both high economic returns and the potential to improve income distribution, such as primary health care, primary education, and infrastructure*
3. *Tax reform (to lower marginal rates and broaden the tax base)*
4. *Interest rate liberalization*
5. *A competitive exchange rate*
6. *Trade liberalization*
7. *Liberalization of inflows of foreign direct investment*
8. *Privatization*
9. *Deregulation (to abolish barriers to entry and exit)*
10. *Secure property rights*³⁹

Observa-se que entre as conclusões de dez pontos do Consenso, estão o fim do déficit público, liberalização financeira, liberalização do comércio exterior, “flexibilização” das leis trabalhistas, entre outros.⁴⁰ Esses “ajustes” e “reestruturações”, aplicados em maior ou menor medida, causaram profundos impactos sociais nos países americanos. Houve grande redução no poder de compra e nos salários da população, aumento na disparidade das rendas familiares, aumento do número de lares na pobreza e deterioração dos padrões de vida da população em geral.⁴¹

³⁹ 1. Disciplina fiscal, 2. Um redirecionamento das prioridades de gasto público para campos que oferecem alto retorno econômico e o potencial para promover distribuição de ingressos, como plano de saúde básico, educação primária e infraestrutura; 3. Reforma tributária (para diminuir a taxa marginal de imposto e aumentar a base de arrecadação); 4. Liberalização da taxa de lucro; 5. Câmbio competitivo; 6. Liberalização do comércio; 7. Liberalização para investimentos diretos estrangeiros; 8. Privatização; 9. Desregulamentação (para abolir barreiras de entrada e de saída); 10. Segurança em relação aos direitos de propriedade. GLOBAL TRADE Negotiations Home Page: Center for International Development at Harvard University. Disponível em: <<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/washington.html>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

⁴⁰ *Id.*

⁴¹ PETRAS, James. *Op. cit.*, p. 19.

No Brasil, o IEE, especialmente por meio do Fórum da Liberdade, entre outras instituições e iniciativas do empresariado, como a rede de Institutos Liberais, procuraram divulgar esses “ajustes” e “reestruturações” entre grupos da sociedade por eles considerados estratégicos desde os anos 1980. O governo Collor (1990 – 1992), do inexpressivo PRN (Partido da Reconstrução Nacional), procurou efetivá-los e foi interrompido por um escândalo de corrupção e o conseqüente processo de *impeachment*. O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), eleito pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) consolidou algumas dessas políticas nacionalmente.

Em síntese, tratar de neoliberalismo significa tratar de um processo histórico originado a partir de formulações teóricas que foram mantidas fora do *mainstream* econômico até a década de 1970 e, a partir de então, tornaram-se paulatinamente experiências políticas efetivadas pela ação de governos. É imprescindível tratar como complementares as definições propostas por David Harvey e Perry Anderson. Conforme o primeiro, a “neoliberalização” pode ser entendida de duas formas, que também não se excluem: “*as a utopian project to realize a theoretical design for the reorganization of international capitalism or as a political project to re-establish the conditions for capital accumulation and to restore power of economic elites*”.⁴² Portanto, o neoliberalismo é também um projeto de reorganização do capitalismo do pós-guerra. É utópico porque nega as contradições insolúveis desse sistema e, político, porque responde a necessidades econômicas de grupos específicos que precisam de governos para efetivá-las, atribuindo, assim, um novo papel histórico aos Estados nacionais.

No caso do Brasil e em tantos outros países “em desenvolvimento”, conforme o léxico atualmente predominante, o neoliberalismo voltou-se não contra um “*welfare state*”, pois isso não existiu na América Latina, mas contra um Estado que cumpriu uma função análoga ao também garantir “direitos sociais” à parcela da população até então excluída dos processos de formações nacionais. Trata-se do Estado populista, erigido na primeira metade do século XX sobre a ordem oligárquica em declínio. Diferentemente dos países do norte, em países como o Brasil, os “direitos sociais” foram obtidos antes dos “direitos civis” e dos “direitos políticos”, o que se torna, por si só, um obstáculo à

⁴² “como um **projeto utópico** para conceber um desenvolvimento teórico para a reorganização do capitalismo internacional ou como um **projeto político** para reestabelecer as condições para acumulação de capital e para restauração do poder das elites econômicas”. HARVEY, David. *Op. cit.*, p. 19.

consolidação da cidadania.⁴³ Mas esse entrave foi ainda potencializado pelo solapamento dos próprios “direitos sociais”, que estavam longe de uma consolidação, com a passagem do neoliberalismo a uma experiência concretizada por meio de políticas de governos.

Foi durante o início do aprofundamento desse processo na América Latina, no mesmo ano em que Salinas de Gortari assumiu a presidência no México, que o primeiro Fórum da Liberdade de Porto Alegre foi realizado (1988). Essa simultaneidade não ocorreu por um acaso. A iniciativa do Fórum foi historicamente possibilitada, por um lado, pela ascensão mundial do neoliberalismo, já discutida, que foi ainda impulsionada pelo declínio do socialismo no leste europeu. E, por outro, pelo processo de redemocratização conservadora do Brasil nos anos 1980. Esse momento de “virada” neoliberal na América Latina coincidiu com transições políticas que somadas ao ideário que ganhava força no subcontinente impulsionaram empresários brasileiros a mudarem o padrão de atuação política. Essa é a convergência histórica mencionada, que possibilitou uma iniciativa como o Fórum da Liberdade.

3 NEOLIBERALISMO COMO AÇÃO EMPRESARIAL NO BRASIL

Encerrada a análise do neoliberalismo como teoria utópica e como ortodoxia política de alcances mundiais, é preciso restringir a análise a mudanças na atuação política pela qual passaram grupos da sociedade, no Brasil, influenciados pelo neoliberalismo. O objetivo é demonstrar de que maneira o IEE e o Fórum da Liberdade compartilharam desse processo. O instituto, bem como sua principal frente de ação social, o Fórum da Liberdade, foram consequências da penetração do ideário neoliberal e da divulgação de exemplos de aplicações práticas dessas ideias. Ainda que de maneira

⁴³ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

limitada, foram também agentes divulgadores do neoliberalismo, enfatizando uma nova configuração semântica para o conceito de liberdade.

A oportunidade para o surgimento de novas formas de atuação política do empresariado no país teve uma motivação econômica pragmática central. Os empresários estavam motivados e adquirindo relativa coesão por meio da oposição ao modelo econômico de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), considerado “esgotado”, como expressou de maneira contundente o economista Amaury Temporal, no primeiro Fórum, reiterando o que outro palestrante havia dito: “[...] o Brasil cresceu a taxas importantes nas décadas de 50, 60 e 70 e baseado num princípio, numa ideia de substituição de importações. Este modelo está esgotado, está morto, está acabado, está enterrado, como disse o senador Roberto Campos”.⁴⁴ Temporal não foi o único a proclamar o fim da ISI, pois

Em outras palavras, a busca por um modelo de desenvolvimento pautava-se não mais pelo protagonismo do Estado, mas pela redefinição de suas atribuições, o que se buscou legitimar a partir de interpretações arbitrárias acerca das transformações políticas pelas quais o Brasil e o mundo passavam na transição da década de 1980 para 1990. Essas alterações na concepção de Estado foram consequência direta da divulgação do ideário neoliberal, que reivindicou uma visão de liberdade que se contrapôs à atuação estatal em âmbitos que, até aquele momento, eram tidos não apenas como profícuos, mas necessários.

Os exemplos de iniciativas inseridas na lógica pré-neoliberal, no Brasil, abundam. É possível destacar a necessidade de investimentos na siderurgia, ambição que se expressou de modo exemplar na construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada em 1941. Tal qual os grandes empreendimentos estatais, empresários como Guilherme Guinle, primeiro presidente da CSN, seriam taxados de anacrônicos sob a hegemonia das concepções de Estado neoliberais. Portanto, se em determinado período da história brasileira houve um certo consenso no que diz respeito à atuação estatal por meio de empresas, a década de 1980 foi uma ruptura nesse sentido.

No encerramento do segundo Fórum (1989), o presidente do IEE daquela gestão verbalizou explicitamente aquilo que os especialistas no estudo da atuação política do empresariado afirmam. Carlos Biedermann, disse, na ocasião:

⁴⁴ I FÓRUM da Liberdade: fita 02 (1988). Porto Alegre: IEE; Mídia A. 1 DVD (116min).

A presença dos senhores é uma demonstração evidente que o processo de alienação por que passaram nossas elites está sendo revertido. O primeiro passo para uma efetiva participação hoje foi dado. Nossas opiniões e nossas vozes precisam ser ouvidas. E serão. Só assim construiremos um Brasil como todos nós almejamos. Muito obrigado a todos.⁴⁵

De fato, o IEE e o Fórum da Liberdade expressaram uma das novas formas do empresariado fazer política no Brasil, condicionada pela ruptura que se processou na década. Fundado em 1984, o IEE foi apenas um dos exemplos de instituições empresariais que surgiram no Brasil no decorrer do processo de transição para a Nova República. No mesmo ano de fundação desse instituto, que se propunha, em linhas gerais, a formar (politicamente) líderes empresariais, foram também criados no Estado do Rio Grande do Sul: a Associação de Jovens Empresários e o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (IL-RS, atualmente, Instituto Liberdade). É indispensável assinalar, com o intuito de caracterizá-las politicamente, que essas três instituições foram signatárias do Manifesto Pela Liberdade Empresarial, no dia 23 de junho de 1987, junto a tradicionais entidades de representação de interesses empresariais.⁴⁶ Articuladas no Movimento Pela Liberdade Empresarial buscavam, através do manifesto, barrar no Congresso Nacional Constituinte, “os dispositivos prevendo a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho e o direito irrestrito à greve”.⁴⁷

Em um momento no qual sentiram a necessidade de defender interesses contrários aos da classe trabalhadora, inscritos na Constituição, as novas entidades empresariais alinharam-se àquelas vinculadas a setores econômicos específicos. Desse modo, organizações que se colocavam, por definição, acima dos interesses específicos da indústria ou da grande propriedade rural, uniram-se à FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), à FEDERASUL (Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul), à FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul) e à UDR-RS (União Democrática Ruralista – seção Rio Grande do Sul). A última, inclusive, recebeu ampla simpatia do público do segundo

⁴⁵ II FÓRUM da Liberdade: fitas 04 e 05 (1989). Porto Alegre: IEE; Mídia A. 1 DVD (181min).

⁴⁶ GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hoiser, 2003. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/teses/teses_fee_06.pdf>. Acesso em: 21 set. 2007, p. 13.

⁴⁷ CADONÁ, Marco André. *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 75.

Fórum, em 1989, que considerou como favorito Ronaldo Caiado, candidato à presidência da República, à época, líder nacional da UDR.

O caso do Movimento Pela Liberdade Empresarial, que produziu um manifesto crítico à Constituição, é exemplar do novo caráter da atuação política do empresariado na Nova República. Nos anos 1980, o empresariado passou à defesa aberta de seus interesses, utilizando tudo aquilo que pudesse dispor: “entidades das estruturas corporativa e extracorporativa, veículos de comunicação de massas, *lobbies* e até o Legislativo, envolvendo-se diretamente, como constituinte”.⁴⁸ A forma de atuação política dos empresários gaúchos mostrou-se diferente daquela até então tradicional por causa da campanha empreendida, direcionada ao objetivo de tornar a opinião pública favorável às demandas do grupo.⁴⁹ Não se tratava, exclusivamente, de impedir possíveis avanços do trabalho sobre o capital, garantidos pela Carta de 1988. Um imperativo diferenciado apresentava-se, imposto pelo avanço democrático: era preciso conquistar “corações e mentes”, nas palavras do ex-presidente estadunidense, Dwight Eisenhower.

Os anos 1980 foram marcados, precisamente, pela criação de associações empresariais “voltadas, não para a representação de interesses específicos, mas para uma ação de natureza ideológica, com o objetivo de estimular o debate sobre questões de interesse mais amplo”.⁵⁰ Instituições como o IEE, na busca por formar lideranças entre os empresários, e o Fórum da Liberdade, procurando difundir determinadas visões de mundo, caracterizaram-se, especialmente, por um “esforço de superação de uma visão particularista, setorial e de curto prazo, típica dos padrões de comportamento do empresariado”.⁵¹ Afinal, quando não se trata apenas de conquistas pontuais, mas de transformar o sentido de liberdade em relação às atribuições do Estado, é evidente que uma “visão particularista” e “de curto prazo” não é adequada.

O surgimento do IEE e do Fórum da Liberdade não seriam possíveis se não houvesse aquela trajetória do neoliberalismo narrada nos primeiros dois pontos deste

⁴⁸ GROS, Denise Barbosa. Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do “Movimento Pela Liberdade Empresarial”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 1988, p. 132.

⁴⁹ GROS, Denise Barbosa. Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do “Movimento Pela Liberdade Empresarial”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 1988, p. 144.

⁵⁰ BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli. Brasil: um novo empresariado: Balanço de tendências recentes. In: DINIZ, Eli. (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: UFSC: Idacon, 1993, p. 119.

⁵¹ *Ibid.*, p. 116.

artigo. As formulações de intelectuais anticomunistas, autodenominados liberais, subsidiaram o surgimento de um ideário que se consolidou em um momento da história do capitalismo no século XX na qual se fizeram necessárias para a manutenção do próprio sistema de acumulação de capital e avanço do poder de elites econômicas. Evidentemente, esse avanço ocorreu à medida que houve um refluxo do trabalho em relação ao capital. Essas mesmas formulações que serviram à investida global cerca de uma década antes do início da redemocratização brasileira, foram, no Brasil dos anos 1980, subsídio teórico para a criação de instituições de caráter político relativamente inovador, entre elas, o IEE.

Ao mesmo tempo em que respondiam a transformações do capitalismo, essas instituições também se adaptavam às imposições políticas da nascente Nova República, promovendo a formação de uma nova elite orgânica. E é nessa estratégia de atuação política, embasada pelo neoliberalismo e conformada a uma democracia cuja expectativa era de ampliação, que reside a especificidade central do IEE. Essas características que são responsáveis por distanciá-lo de duas organizações clássicas de “elites orgânicas”: o IPES (Instituto de Pesquisas Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), fundadas, respectivamente, em 1962 e 1959. Todavia, analisá-las como análogas ao IEE não é um exercício descabido por duas razões.

Primeiro, no que diz respeito às teorias da história na qual se fundamenta esta análise, foi uma investigação da atuação do IPES e do IBAD que proporcionou ao historiador René Armand Dreifuss elementos fundamentais para subsidiar a elaboração do conceito de elite orgânica, aplicado aos empresários mobilizados pelo Fórum, conforme explicado no início deste texto.⁵² Segundo, em decorrência disso, é possível perceber que o IEE realizou uma ação política com uma das finalidades próximas ao IPES e ao IBAD, resguardadas, obviamente, as cruciais diferenças entre a circunstância histórica pré-golpe de 1964 e àquela pós-ditadura civil-militar.

Enquanto as organizações sessentistas tratavam de “despojar as classes empresariais de quaisquer demandas particularistas”⁵³, ligadas ao aumento imediato do

⁵² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁵³ DREIFUSS, 1964. P. 168. Observação: neste trabalho não se considera o empresariado como uma classe social específica, no sentido estritamente econômico, pois o empresário não é necessariamente o proprietário.

lucro, o IEE, de modo análogo, buscou torná-las secundárias para agir no sentido de obter homogeneidade em torno a um grupo de propostas. No caso das organizações sessentistas, se sabe que o grupo de propostas conservadoras do complexo IPES/IBAD buscou a homogeneidade empresarial como maneira de legitimar o golpe de 1964 e, também, empreendeu ampla campanha com a intenção de preparar a opinião pública para a deposição de um presidente legitimamente empossado.

As estruturas internas e os tipos de ações políticas empreendidas por esses institutos golpistas, que incluíram operações secretas, não coincidem com a estrutura interna e as práticas do IEE. Entretanto, é nesse sentido de busca por coesão às concepções de uma “elite orgânica” e de difusão social das mesmas, que as organizações sessentistas aproximam-se do padrão surgido nos anos 1980. Trata-se de um modo de atuação que encontrou na resignificação de um conceito específico, “liberdade”, por meio de um evento periódico, o Fórum da Liberdade, uma síntese mobilizadora.

No final do primeiro Fórum da Liberdade (1988), a direção do IEE divulgou um documento que resumia os principais pontos almejados. A chamada Carta de Porto Alegre, de fato, pouco tinha de particularista, tampouco ambicionava conquistas de pequeno alcance.

Entre os objetivos nela enunciados estavam: a defesa da propriedade privada, a eliminação do déficit público, a liberalização do comércio exterior, a redução de ônus fiscais sobre mão de obra, entre outros.

1º Reivindicamos o direito da sociedade de decidir por si própria. Entendemos que a liberdade é a ausência de coerção de indivíduos ou de grupos sobre outros. Alertamos que a maior desgraça para uma sociedade é a coerção legal. A lei, instrumento de proteção à liberdade individual, e transformada em instrumento de opressão de todos os cidadãos.

2º Propomos o imediato estabelecimento de uma ordem econômica como melhor instrumento para se alcançar o crescimento econômico e a justa distribuição da riqueza. É preciso eliminar privilégios, tabelamentos, regimes cartoriais, reservas de mercado, subsídios e isenções. Entre outras distorções.

3º Reiteramos a importância da defesa do direito de propriedade como principal incentivo ao investimento e reinvestimento nas atividades produtivas.

4º Entendemos o lucro como principal estímulo ao uso das capacidades individuais em proveito do bem-estar de toda a sociedade.

5º Defendemos a mais ampla utilização de capital e tecnologia, desenvolvida sob qualquer bandeira com intuito de acelerar nosso processo de desenvolvimento.

6º Inconformados com o desrespeito do governo federal ao dinheiro por ele emitido, aviltando em valor de forma galopante, defendemos a austeridade fiscal, a eliminação imediata do déficit público com a consequente restauração da dignidade da moeda e das finanças públicas.

[...] 7º Defendemos, o crescimento real dos salários, proporcionados pelos ganhos de produtividade, e pelo crescimento econômico. Precisamos lutar para reduzir os ônus fiscais, hoje incidentes sobre a mão de obra.⁵⁴

A semelhança com os pontos do Consenso de Washington é notável. Contudo, isso não deve espantar, porque esses pontos do manifesto de Porto Alegre convergem para um objetivo básico e indispensável, mas não derradeiro: o aumento dos lucros. O que não é ocultado pelos atores do Fórum, ao contrário: a defesa do lucro como estímulo ao indivíduo e meio de beneficiamento de toda a sociedade também é um dos pontos da Carta de Porto Alegre.⁵⁵

Concomitante a esse processo mundial de “neoliberalização” que se concretizava através de políticas de governo na América Latina, o Brasil, assim como outros países latino-americanos no período, passavam por um processo de transição política. Encerrava-se o período de ditadura civil-militar. Na Nova República, com um certo “atraso” em relação ao restante da América, o ideário neoliberal difundiu-se na sociedade brasileira, concretizando-se em experiência através de políticas públicas, sobretudo, a partir do primeiro governo Cardoso (1995 – 1998).

Em palestra de Perry Anderson, datada de 1994,⁵⁶ o historiador marxista lançou um notável prognóstico que se confirmou. Segundo seu relato, no ano de 1987, um “amigo neoliberal” comentou com ele que o problema do governo Sarney, contrariamente ao que a maioria dos analistas do Banco Mundial pensavam, não era a taxa de inflação alta, mas uma taxa excessivamente baixa. A hiperinflação era necessária para medidas drásticas anti-inflacionárias obterem a aceitação dos brasileiros. De fato, esse fenômeno econômico ocorreu no Brasil em fins da década e início dos anos 1990, e foi um dos fatores que levou Francisco de Oliveira, comentarista da palestra de Anderson, a afirmar: “[...] que já sentimos o cheiro ou a catanga de enxofre no ar, ah!, basta ter olfato.”⁵⁷

⁵⁴ I FÓRUM da Liberdade: fita 05 (1988). Porto Alegre: IEE; Mídia A. 1 DVD (41min).

⁵⁵ I FÓRUM da Liberdade: fita 05 (1988). Porto Alegre: IEE; Mídia A. 1 DVD (41min).

⁵⁶ ANDERSON, Perry. *Op. cit.*

⁵⁷ OLIVEIRA, Francisco de. “Neoliberalismo à brasileira” in: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 28.

As ações do Estado no período de governo Cardoso tiveram um caráter híbrido, resultado do conflito entre duas correntes políticas no governo:

*dentro del bloque coexistían, por una lado, una corriente liberal fundamentalista orientada básicamente a la estabilización monetaria y comprometida con la promoción de una economía de libre mercado, y por otro lado, una tendencia liberal-desarrollista, más inclinada a equilibrar la estabilización monetaria con un crecimiento competitivo de la economía local, mediante la intervención moderada del Estado.*⁵⁸

Ao longo do primeiro governo Cardoso, a corrente “fundamentalista” predominou. Ou seja, àquela mais alinhada com o ideário neoliberal de desmonte do Estado “intervencionista”. O êxito das reformas lideradas por esse grupo esteve ligado ao sucesso na redução drástica da inflação, divulgada como eliminação, por meio do Plano Real.⁵⁹ Validava-se o prognóstico de Perry Anderson.

Para encerrar este artigo, é importante reiterar que o Fórum da Liberdade está ligado ao neoliberalismo por duas razões gerais. Primeiro, ao atuar como difusor do ideário neoliberal, só poderia existir após a “virada” neoliberal dos anos 1970 e sob a transição política brasileira ou, ao menos, sob a expectativa dela. Segundo, ao auxiliar na difusão do ideário neoliberal no Brasil, o Fórum contribuiu para a formação de um pensamento aplicado à realidade nacional que, em uma escala de difícil aferição, contribuiu para a aceitação da opinião pública de mudanças nas atribuições do Estado brasileiro e na redefinição de “liberdade”.

REFERÊNCIAS

Audiovisuais

I FÓRUM da Liberdade: fita 05 (1988). Porto Alegre: IEE; Mídia A. 1 DVD (41min).

I FÓRUM da Liberdade: fita 02 (1988). Porto Alegre: IEE; Mídia A. 1 DVD (116min).

II FÓRUM da Liberdade: fitas 04 e 05 (1989). Porto Alegre: IEE; Mídia A. 1 DVD (181min).

IV FÓRUM DA LIBERDADE. Fita 01: Abertura e Painel 1 (1991). Porto Alegre: IEE; Mídia A. 1 DVD (123min).

⁵⁸ SALLUM Jr., Brasílio. Metamorfosis del Estado brasileño a finales del siglo XX. In: PALERMO, Vicente (comp.). *Política brasileña contemporánea: de Collor a Lula em años de transformación*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2003, p. 302.

⁵⁹ GUZMAN, Socrates J. M. *Ação empresarial e reformas neoliberais no Brasil, 1995-2002*. Porto Alegre, UFRGS, 2003. 266 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. p. 123.

Sítios de Internet

Center for International Development at Harvard University – <http://www.cid.harvard.edu/>

Library Of Economics And Liberty – <http://www.econlib.org/>

Stanford Enciclopedia Of Philosophy – <http://plato.stanford.edu/>

The Mont Pelerin Society – <http://www.montpelerin.org/>

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 9 – 23.

BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli. Brasil: um novo empresariado: Balanço de tendências recentes. In: DINIZ, Eli. (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: UFSC: Idacon, 1993.

CADONÁ, Marco André. *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René Armand. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

MÉSZÁROS, István. A ativação dos limites absolutos do capital. In: _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1ª ed. Campinas: Unicamp; São Paulo: Boitempo, 2002, Cap. 5, p. 216 – 344.

MORAIS, Reginaldo C. Correa de. *Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa*. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/libneolibcompa.html>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

NOUSCHI, Marc. *Historia del siglo XX: Todos los mundos, el mundo*. Madrid: Cátedra, 1996.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hoiser, 2003. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/teses/teses_fee_06.pdf>. Acesso em: 21 set. 2007.

GROS, Denise Barbosa. Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do “Movimento Pela Liberdade Empresarial”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 1988, p. 130 – 146.

GUZMAN, Socrates J. M. *Ação empresarial e reformas neoliberais no Brasil, 1995-2002*. Porto Alegre, UFRGS, 2003. 266 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-

Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University, 2005.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. “Neoliberalismo à brasileira” in: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 24 – 28.

PETRAS, James *et al.* *Neoliberalism and class conflict in latin america: a comparative perspective on the political economy of structural adjustment*. Londres: Macmillan Press, 1997.

SALLUM Jr., Brasílio. Metamorfosis del Estado brasileño a finales del siglo XX. In: PALERMO, Vicente (comp.). *Política brasileña contemporânea: de Collor a Lula em años de transformación*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2003, p. 275 – 316.

SANTOS, Theotônio dos. *Do Terror à Esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.